



INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA
INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DE COIMBRA

Aprovação do Conselho Pedagógico

20/3/2019

Aprovação do Conselho
Técnico-Científico

10/4/2019

Ficha de Unidade Curricular (FUC) de Fiscalidade no Processo Executivo

Curso(s):	Mestrado em Solicitadoria
Ano Curricular:	1ºano
Semestre curricular:	2º Semestre
Ano lectivo:	201819
Docente Responsável:	Bruno José Machado de Almeida

Unidade Curricular

Designação:	Fiscalidade no Processo Executivo
Curso(s):	Mestrado em Solicitadoria
Ano curricular:	1ºano
Semestre curricular:	2º Semestre
Número de ECTS:	5
Horas de contacto:	30

1. Corpo Docente

***Replicar pelo nº de docentes, sendo que o primeiro deverá ser o responsável da UC.

Nome: Bruno José Machado de Almeida
Gabinete: 3.01
Email: balmeida@iscac.pt
Nome: Telmo Manuel Rebola Pascoal
Gabinete: 3.10
Email: tpascoal@iscac.pt

2. Funcionamento

a) Objectivos:

A leccionação da disciplina de Fiscalidade no Processo Executivo tem, entre outras, os seguintes objectivos:

- Conhecer os conceitos de Fiscalidade e de Processo de Execução Judicial;
- Conhecer os processos de execução singular e de execução colectiva;
- Comparar algumas das normas previstas para o processo de execução cível (singular e colectivo) e para o processo de insolvência com as normas análogas do processo de execução fiscal,
- Conhecer e analisar os créditos tributários, previstos nas leis, que podem conduzir à interposição da acção de execução fiscal;
- Analisar os bens e os direitos, objecto de penhora, de venda e de transmissão que podem ser liquidados para pagamento dos créditos tributários;
- Analisar o impacto fiscal da venda de bens e da transmissão de direitos do devedor ou do sujeito passivo na incidência, na liquidação e na cobrança de impostos e de taxas do regime tributário português;
- Conhecer as garantias reais dos créditos tributários e confrontá-las, no concurso de credores e na graduação de créditos, com as restantes garantias reais que oneram os créditos de entidades privadas;
- Aplicar os conhecimentos adquiridos a casos reais de processos de execução judicial cível e fiscal e de processos judiciais de insolvência.

b) Regime de frequência e metodologia de avaliação:

método de avaliação da disciplina consiste na avaliação final, mediante elaboração de trabalho individual sobre um caso real acerca os efeitos tributários, referindo-se aos diversos impostos e taxas, aplicáveis a um dos tipos dos processos executivos (execução cível, execução fiscal ou insolvência), fundamentado, por escrito (com máximo de 20 páginas), com a teoria e a legislação aplicáveis ao caso em apreço, leccionadas no âmbito da Ficha de Unidade Curricular. O projecto do referido trabalho será apresentado e defendido em sala de aula. Serão aprovados os alunos que, na elaboração e defesa do trabalho realizado, obtenham, pelo menos, 10 valores. Os alunos que não obtenham aquela classificação mínima submeter-se-ão a exame final.

c) Programa:

Do conceito de Tributação ao conceito de Execução Judicial:

- 1.1. As modalidades de execução: A execução singular e a execução colectiva;
- 1.2. A insolvência como execução universal;
- 1.3. A execução cível, a execução fiscal e a execução em processo de insolvência.
2. Os tipos de acção executiva cível: Para pagamento de quantia certa; para entrega de coisa certa; e para prestação de facto.
3. As espécies de tributos e a execução judicial dos créditos tributários no âmbito da Lei Geral Tributária.
4. O conceito de imposto, o conceito de taxa e o conceito de prestação extraordinária.

5. Os tributos como prestações unilaterais ou como prestações sinalagmáticas, pecuniárias, a favor do Estado.
6. A execução de créditos por dívidas de impostos, de taxas ou de outros créditos a favor do Estado, destinada à cobrança judicial de prestação de quantia certa, no âmbito do processo de execução fiscal.
7. A penhora (ou apreensão) de bens e de direitos no âmbito do processo de execução cível, do processo de execução fiscal e do processo de insolvência: análise comparativa.
8. Os bens (móveis e imóveis) e os direitos objecto de penhora (ou de apreensão).
9. As formas ou modos de cumprimento das obrigações cíveis e de cumprimento das obrigações fiscais.
10. A venda de bens e a transmissão de direitos, judiciais, destinadas ao pagamento das obrigações tributárias.
11. As modalidades de venda nos processos de execução judicial (cível, fiscal e de insolvência).
12. A venda judicial de bens imóveis: implicações fiscais a nível de IVA, de IMT, de I. do Selo, de IMI, de IRS e de IRC.
13. A venda judicial de bens móveis: implicações fiscais a nível de IVA, de IRS e de IRC.
14. A venda judicial de quotas (ou de outras participações sociais) nas sociedades comerciais ou nas sociedades civis sob a forma comercial: implicações fiscais a nível de IMT, de IRS e de IRC.
15. A transmissão judicial, definitiva e temporária, da empresa (do estabelecimento comercial, industrial ou agrícola): implicações fiscais a nível de IMT, de I. do Selo, de IVA, de IRS e de IRC.
16. A transmissão judicial de créditos, de direitos reais de garantia, de direitos obrigacionais e de valores mobiliários: implicações fiscais a nível de IVA e de I. do Selo.
17. A problemática das imparidades nos créditos de cobrança duvidosa e a problemática dos créditos incobráveis na esfera do exequente e dos demais credores: implicações fiscais em sede de IRS, IRC e IVA.
18. Obrigações fiscais declarativas do executado (ou do insolvente), em sede de IVA, de IRS, de IRC e de I. do Selo. A responsabilidade tributária do sujeito passivo e do substituto tributário.
19. As taxas registrais (emolumentos) e as taxas judiciais (custas) nos processos de execução judicial.
20. As garantias de cumprimento das obrigações fiscais previstas nos códigos fiscais, no código civil e na legislação avulsa.
21. Os privilégios creditórios, mobiliários e imobiliários, gerais e especiais, no confronto da graduação de créditos com as demais garantias reais (hipoteca, penhor, direito de retenção e consignação de rendimentos) voluntárias, legais ou judiciais.

d) Bibliografia:

- Alberto dos Reis, J. (1985): Processo de Execução, Vol. I e Vol. II. Coimbra Editora. Coimbra.
- Alves, R. H. (2010): Do Penhor. Edições Almedina. Coimbra.
- Botelho, J. (2009): Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas. Livraria Petrony. Lisboa.
- Brás Carlos, A. F. (2010): Impostos – Teoria Geral. Edições Almedina. Coimbra.